

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



# ENTRE O CORPO-SUORTE DE COMUNICAÇÃO E O CORPO DIPLOMÁTICO: NARRATIVAS DE TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS<sup>1</sup>

BETWEEN THE COMMUNICATION SUPPORT BODY AND THE DIPLOMATIC CORPS: NARRATIVES BY TRANSLATORS/INTERPRETERS OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE

ENTRE EL CUERPO DE SOPORTE A LA COMUNICACIÓN Y EL CUERPO DIPLOMÁTICO: NARRATIVAS DE TRADUCTORES/INTÉRPRETES DE LENGUA DE BRASILEÑA DE SEÑAS

Iara Tatiana Bonin<sup>1</sup>

Daiana San Martins Goulart<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

*Artigo recebido em 31/03/2020*

*Aprovado em: 02/11/2020*

**Resumo:** Inscrito na perspectiva teórica dos Estudos Culturais, o presente artigo apresenta uma abordagem das formas de educar e conformar corpos de tradutores/intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Tomando como base empírica narrativas de quatro tradutores/intérpretes de Libras que atuam em diferentes instituições de Ensino Superior no estado do Rio Grande do Sul, e, ainda, um código de conduta da profissão, o objetivo é analisar como se constituem significados e se conformam os corpos no ato de traduzir e interpretar. Argumenta-se que, por meio de distintos processos formativos e de ação cotidiana, inscrevem-se nos corpos dos profissionais maneiras de proceder, de modo a fazê-los corresponder ao propósito de ser corpo-suporte para a comunicação. Nestes corpos que suportam e viabilizam a comunicação entre usuários de línguas de diferentes modalidades, inscreve-se uma dimensão diplomática, que, neste artigo, é analisada a partir de três direções principais: a presunção de um corpo-suporte transparente; o empenho de um corpo-suporte diplomático e a visibilidade de um corpo-suporte exposto.

**Palavras-chave:** Corpo; Tradução/interpretação; Língua de sinais; Estudos Culturais em Educação.





**Abstract:** Within a perspective of cultural studies, this paper presents an approach to the forms of education and shaping of Libras translators'/interpreters' bodies (Libras stands for *Língua Brasileira de Sinais* - Brazilian Sign Language). It analyses how meanings and translating/interpreting bodies are formed, based on the narratives of four Libras translators'/interpreters working in different higher education institutions in the State of Rio Grande do Sul, and using a code of conduct for the profession as an empirical basis for the work. We argue that through different processes of formation and daily actions, codes of conduct have inscribed, into these bodies, ways of acting so that they fit the proposal of a support body for communication. A diplomatic dimension is inscribed into these bodies, supporting and enabling communication among users of different types of language. This paper analyses this topic under three main approaches: the presumption of a transparent support body; the efforts of the diplomatic corps; and the visibility of an exposed support body.

**Keywords:** Body; Translation/Interpretation; Sign language; Cultural Studies in Education.

**Resumen:** Bajo la perspectiva teórica de los Estudios Culturales, este artículo presenta un abordaje de las formas de educar y conformar los cuerpos de traductores / intérpretes de la Lengua Brasileña de Señas - Libras. Como base empírica se utiliza narrativas de cuatro traductores/ intérpretes de Libras que trabajan en diferentes instituciones de educación superior en el estado de Rio Grande do Sul, con un código de conducta de la profesión; el objetivo es analizar cómo se constituyen los significados y se conforman los cuerpos en el momento de traducir e interpretar. Se argumenta, que por medio de distintos procesos formativos y de acción cotidiana, se graban en los cuerpos de estos profesionales maneras de proceder, de modo que los hacen corresponder al propósito de ser medio de soporte para la comunicación. En estos cuerpos que soportan y hacen viable la comunicación entre usuarios de lenguas de diferentes modalidades, se desarrolla una dimensión diplomática que en este artículo es analizada a partir de tres enfoques principales: la presunción de un cuerpo de soporte transparente; el empeño de un cuerpo de apoyo diplomático y la visibilidad de un cuerpo de apoyo expuesto.

**Palabras clave:** Cuerpo; Traducción/interpretación; Lengua de señas; Estudios culturales en educación.

## Palavras iniciais

Inscrito na perspectiva teórica dos Estudos Culturais, este artigo integra uma pesquisa mais ampla, cujo propósito foi discutir como os tradutores/intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras – constituem e negociam lugares profissionais e formas de atuação. No recorte selecionado para o presente texto, enfatizamos os investimentos culturais e discursivos voltados para os corpos desses profissionais. No espaço de articulação entre artes do corpo e educação, propomos, então, uma abordagem das formas de educar corpos de tradutores/intérpretes de línguas de sinais. Argumentamos que, por meio de distintos processos formativos, inscrevem-se nos corpos profissionais certas marcas particulares e modos de atuar para, assim, torná-los corpos que suportam e viabilizam a tradução e a interpretação entre usuários de diferentes línguas. Tomando como espaços de constituição de sentidos as narrativas de quatro tradutoras/intérpretes de Libras que atuam no Ensino Superior no estado do Rio Grande do Sul e, ainda, um código de ética da profissão, o objetivo é analisar como se constituem significados e se conformam os corpos no ato de traduzir e interpretar.



A atuação dos tradutores/intérpretes de Libras vem ganhando visibilidade em diversas instâncias sociais, de modo especial após a aprovação da Lei nº 10.436/02 – por meio da qual se reconhece esta língua como forma de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras – e do Decreto-Lei nº 5626/05, que regulamenta a referida lei e dispõe sobre o uso e a difusão de Libras nos espaços sociais e escolares. Desde a década de 2000, gradativamente, vão sendo implementadas ações que visam assegurar acessibilidade linguística aos surdos, tais como a obrigatoriedade do ensino de Libras em cursos de formação docente; a garantia da presença de tradutores/intérpretes em ambientes escolares, em órgãos públicos, em universidades, em eventos de interesse público. Podemos afirmar, assim, que uma política identitária e uma demanda da comunidade surda impulsionaram e ampliaram o espectro de ação de tradutores/intérpretes de Libras. A presença desses profissionais passa a ser requisitada nas mais diversas situações comunicacionais, o que expandiu também as demandas concernentes à formação e à inserção neste nicho de atuação particular.

Esta profissão encontra-se em pleno processo de expansão e consolidação, ao mesmo tempo em que se ampliam os debates e as discussões sobre os sentidos de traduzir/interpretar, sobre autoria de textos que passam por processos de tradução entre Libras e Língua Portuguesa em modalidade escrita, bem como sobre desafios e limites de atuação profissional, especialmente frente à instabilidade e à imprevisibilidade dos acontecimentos em uma interpretação simultânea. Além disso, ampliam-se as discussões sobre particularidades das línguas envolvidas nesse processo, Libras de modalidade viso-espacial e a Língua Portuguesa de modalidades oral-auditiva (QUADROS, 2012).

O corpo é recurso imprescindível na comunicação por meio de línguas de sinais e, neste corpo, inscrevem-se significados no contexto de culturas partilhadas. Hall (2016, p. 49) explica que “são os atores sociais que usam os sistemas conceituais, o linguístico e outros sistemas representacionais de sua cultura para construir sentido, para fazer com que o mundo seja compreensível e para comunicar sobre esse mundo, inteligivelmente, para outros”. Assim, os modos como significamos e posicionamos os corpos – surdos, ouvintes, femininos, masculinos, infantis, jovens, velhos – não são naturais, tampouco universais, são produções culturais que se moldam nas práticas e relações de poder das quais participamos, em momentos e em contextos específicos. Nossa discussão focaliza um conjunto de significados sobre esses corpos que, no ato tradutório, supostamente são espaços de passagem de mensagens.

## Algumas palavras sobre a profissionalização de tradutores/intérpretes de Libras

A atuação de tradutores/intérpretes surge, historicamente, com a marca do voluntariado – o trabalho era realizado ora por religiosos, ora por familiares de surdos e, em ambos os casos, sem remuneração. Em 1857, o professor surdo Eduard Huet chega ao Brasil e funda, no Rio de Janeiro, uma escola para surdos chamada inicialmente de Instituto Nacional de Surdos-





Mudos – INSM, atualmente chamado Instituto Nacional de Educação para Surdos – INES. Com o tempo, o instituto passa a receber alunos surdos de vários estados do Brasil, em regime de internato e, em tempos de férias, estes regressavam aos seus estados de origem, propagando, desse modo, os usos da Língua de Sinais.

Em pesquisa sobre a profissão, Laguna (2015) encontrou registros sobre professores do INES que atuavam como intérpretes, já na década de 1950, em cerimônias, em audiências e acontecimentos policiais, ainda de modo voluntário. A autora afirma também que existia uma função semelhante à do intérprete de Libras no INES, que era a dos “repetidores de classe”, alunos de semestres mais avançados ou ex-alunos que realizavam a intermediação linguística entre professores e alunos surdos, de forma oral e/ou escrita, além de assumirem responsabilidades assistenciais e disciplinares para com os surdos acolhidos naquele espaço de ensino. Nos anos 1980, tradutores/intérpretes de Libras atuavam em eventos religiosos como “acompanhantes” das pessoas surdas, e estas possuíam fluência na comunicação por sinais, mas não contavam com qualquer formação específica. Conforme argumenta Tuxi (2009), um dos efeitos de uma atuação desenvolvida, por longo tempo, em instituições religiosas foi a vinculação da profissão a um sentido de “missão” – como se o sujeito que realiza a intermediação linguística fosse vocacionado, devotado e abnegado, algo que reverbera ainda em discursos contemporâneos.

Em 1987 é criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, “uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos que teve grande importância para a profissionalização do tradutor/intérprete de língua de sinais”. No ano seguinte, a FENEIS organiza o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais. Em 1992, ocorreu o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, oportunidade em que ocorreram a votação e a aprovação do *Código de Ética dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais no Brasil*, documento que faz parte do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS e que será discutido adiante no presente artigo. Este Código de Ética foi baseado no documento americano – *Interpreting for Deaf People*, de 1965 –, traduzido e adaptado pelos representantes dos estados brasileiros. O texto serve de base para atuação profissional, mas vale destacar que existem outros Códigos de Ética para tradução/interpretação em línguas de sinais.

No *Código de Ética dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais no Brasil*, Art. 6º, firma-se que “o intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis”<sup>2</sup>. Chamamos atenção para o modo como esta afirmação oscila entre o voluntariado e o reconhecimento profissional (lembrando que o documento foi produzido na década de 1990). Ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de remuneração do trabalhador, o referido artigo mantém margem para uma atuação voluntária dos tradutores/intérpretes, reforçando, assim, um sentido que marca historicamente a profissão. Tal aspecto é reforçado no Art. 12 do mesmo Código, no qual se lê: “o intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender as suas necessidades particulares”. Além de reforçar um viés assistencial,



o documento parece atribuir aos profissionais responsabilidades que extrapolam os limites da função, conforme regulamentações de nosso tempo. Afirmamos, ainda, que prover assistência e atender necessidades específicas dos surdos são partes das demandas colocadas para instâncias governamentais, assim como a criação de programas e políticas que contemplem as especificidades dos sujeitos surdos, inclusive quanto à acessibilidade linguística.

Destacamos, por fim, que o caráter voluntário e assistencial da atuação vai sendo rompido gradativamente e, neste sentido, é central o reconhecimento legal da profissão do tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais. É somente em 2010, por meio da Lei nº 12.319, que a profissão é reconhecida e que se insere na Classificação Brasileira de Ocupações, o cargo - CBO, nº 2614-25, tradutor/intérprete de Língua de Sinais (nomenclatura que tem como sinônimos, na própria CBO, guia-intérprete; intérprete de Libras; intérprete educacional; tradutor de Libras).

Inicialmente, previa-se exigência de formação em nível superior para o exercício dessa profissão, mas esse aspecto foi vetado no texto aprovado no Congresso Nacional. Posteriormente, no ano de 2015, a Lei nº 13.146 institui a obrigatoriedade da formação em nível superior para os tradutores/intérpretes de Libras que irão atuar nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, mantendo, para os demais níveis, a exigência de formação em nível médio e comprovada proficiência na língua. Esses são marcos que mostram o campo de lutas no qual se situam os profissionais dos quais nos ocupamos neste estudo.

## Sobre percursos metodológicos e procedimentos analíticos

A metodologia da pesquisa envolveu dois procedimentos principais: por um lado, realizamos uma leitura atenta do *Código de Ética dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais no Brasil*, já referido e validado pelo Ministério da Educação e, por outro lado, realizamos entrevistas com quatro tradutoras/intérpretes de Libras que atuam em diferentes instituições de Ensino Superior no estado do Rio Grande do Sul. Para a realização das entrevistas, que ocorreram no primeiro semestre de 2016, estruturamos um roteiro preliminar contemplando quatro aspectos: trajetórias pessoais; processos de profissionalização; percursos profissionais e aspectos específicos do trabalho de traduzir/interpretar e, por fim, potencialidades e desafios na tradução/interpretação. As narrativas das tradutoras/intérpretes – que, neste texto, serão conhecidas pelos codinomes *Débora*, *Clarisse*, *Camila* e *Eduarda* – foram profícuas para pensarmos na dimensão corporal implicada nos atos tradutórios e nos sentidos atribuídos à corporeidade. Realizando uma revisão de estudos e pesquisas já desenvolvidos, encontramos poucas produções que se ocupam das dimensões corporais, sendo a maioria delas relacionadas a aspectos linguísticos ou formais das atividades de tradução e interpretação de línguas de sinais e, nesse sentido, entendemos que a discussão aqui conduzida tem muito a contribuir para a expansão do campo acadêmico. As entrevistas foram gravadas e posteriormente





transcritas. Seleccionamos, neste texto, fragmentos que convergem para significações do corpo do tradutor/intérprete.

Um procedimento analítico que se mostrou conveniente foi o de circunscrever a discussão em torno de uma figura conceitual, inspirando-nos em escritos de Gallo (2013) acerca do pensamento filosófico e do empreendimento analítico. Assim, passamos a indagar sobre imagens (constituídas em narrativas das quatro profissionais) representativas deste corpo em pleno exercício da profissão, desse corpo-suporte da comunicação, que precisa ser plenamente empenhado para promover a intermediação entre línguas e culturas. Passamos a pensar que, no ato mesmo de realizar uma intermediação linguística, o tradutor/intérprete dá vigor à afirmação da Libras como um sistema complexo, no qual se produzem múltiplas possibilidades comunicativas, e esta é uma ramificação política da atuação, que se soma aos esforços das comunidades surdas empenhadas para a valorização da Língua Brasileira de Sinais. Libras é marcador da diferença e, ao mesmo tempo, bem coletivo e produção cultural dessas comunidades.

O exercício analítico nos fez pensar que a profissão mobiliza a imagem de um diplomata, aquele que está posicionado no encontro entre línguas e culturas diferentes e que, em seu fazer cotidiano no espaço escolar, realiza negociações entre o estudante surdo e o professor ouvinte, entre os interesses do estudante surdo e os dos espaços institucionais escolares, por exemplo. Buscando referentes históricos para esta discussão, encontramos, em escritos de Pagura (2003), uma atuação de intérpretes de línguas orais nas conferências que ocorriam nos encontros diplomáticos da Idade Média, ocasiões em que a presença de intérpretes permitia a participação de representantes de diferentes países, sem o necessário domínio das diferentes línguas. O autor afirma que, até a Primeira Guerra Mundial, as negociações internacionais eram realizadas em francês – língua comum entre os diplomatas da época, contudo o inglês passou a ser referência nas negociações após o Congresso de Viena, em 1814, com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra.

Essa histórica atuação do intérprete em contextos bilíngues ou multilíngues serve, também, como inspiração para indagarmos sobre o lugar social de tradutores/intérpretes de Libras na atualidade. Estabelecemos, para efeitos analíticos, a dimensão diplomática como elemento central para se estabelecer diálogo intercultural, na medida em que o tradutor/intérprete emprega modalidades linguísticas distintas e mobiliza significados culturais produzidos em comunidades diferentes, de modo a tornar possível/compreensível certa mensagem. Consideramos, entretanto, que todos esses processos (de base diplomática) se constituem no interior de relações de poder, entre sujeitos que dispõem de desiguais condições de acesso e mobilização de recursos. Se, conforme Santos (2006, p. 45), "tanto nas guerras a fim de conquistar novos territórios, quanto nas Cruzadas que almejavam propagar o cristianismo, a língua desempenhou papel fundamental do poder de um povo sobre outros", também na atualidade podemos pensar que o domínio de uma língua implica poder – um tipo de poder microfísico que se exerce no ato tradutório e que pode colaborar para a validação e fortalecimento ou para a contestação de estruturas que hierarquizam línguas e culturas.



Argumentamos que a tradução/interpretação requer, para a sua realização, um perfil diplomático, um profissional que se ocupe da construção de um espaço de diálogo, um espaço “entre” um e outro ponto da interlocução, mas requer também que os sujeitos avaliem constantemente seu lugar nas relações tramadas, das quais inevitavelmente são partícipes. Não se trata apenas de dominar e utilizar com certa fluência mais de uma língua, nem somente de conhecer aspectos de uma e outra cultura, mas de um constante exercício de autorreflexão e de construção de si. Se colocarmos em foco o corpo deste profissional, será preciso pensar por que meios ele se torna corpo diplomático, capaz de atuar nesse espaço de encontro entre culturas e línguas diferentes.

É pensando nestes aspectos, implicados com o corpo e com uma atuação diplomática, que passamos a discutir, na seção seguinte, as narrativas de quatro profissionais entrevistadas e alguns fragmentos do *Código de Ética dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais no Brasil*, já mencionado. Consideramos oportuno trazer para esta discussão certas prescrições deste Código de Ética para marcar, de algum modo, o “cenário” de verdades fixas, de normas, de códigos, de diretrizes institucionais no qual se movimenta esse profissional. De certo modo, ao atuar, ele incorpora tais diretrizes e as torna funcionais. Obviamente, são muito mais amplos os enquadramentos normativos que vigoram na atualidade para definir os contornos da profissão, mas nos deteremos em um instrumento potente para a educação do corpo que realiza a tradução/interpretação.

## A presunção de um corpo-suporte transparente

Iniciamos essa discussão destacando dois fragmentos do *Código de Ética dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais no Brasil*, nos quais se afirma que “o intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias” (Art. 2) e que “o intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e espírito do palestrante” (Art. 3º). As afirmativas mobilizam sentidos de imparcialidade, fidelidade e transparência da linguagem, assumindo que seria possível, então, a reprodução fiel de uma mensagem, mediante um corpo-suporte neutro.

Conforme Hall (1997), é na linguagem que se dá a produção e a circulação de significados e de representações, ou seja, nela não somente se relatam, mas se constituem os fatos. A linguagem não é, portanto, um meio translúcido – tal como um espelho – no qual as coisas e as mensagens seriam refletidas, e sim um espaço constituidor dos sentidos daquilo que nele circula. O autor salienta que não existe uma correspondência absoluta entre as palavras que usamos para descrever as coisas e as próprias coisas, os objetos não são anteriores às descrições que deles fazemos. Podemos argumentar, desde a perspectiva que ancora este estudo, que o trabalho de tradução e interpretação que se desenrola entre línguas e culturas diferentes implica operações de base linguística e de base cultural, e requer, também, habilidade de articular as palavras e as coisas (uma articulação instável, nunca absoluta).





Para além do domínio de duas línguas, há o trânsito do profissional por conhecimentos específicos e a responsabilidade de tradução/interpretação em campos de saber diversos, como se destaca na narrativa da entrevistada Eduarda:

São tantas emoções... Claro que, traduzindo, tem às vezes uns assuntos que tu fica pensando "meu Deus, do que estão falando?" Às vezes, a gente pega uma aula de doutorado... comigo, essa semana, teve isso. Era um curso, e aí o palestrante foi ler, e estava falando sobre Nietzsche, Deleuze e Derrida, que não são autores que tu pega de primeira! E aí ele leu, ele lia as palavras em português, mas era quase impossível de traduzir porque eu não alcançava aquela linguagem, e eu não tive acesso ao material antes, eu não tinha conseguido estudar. (Fragmento de entrevista com Eduarda, em abril de 2016).

A narrativa nos coloca diante daquilo que poderíamos chamar de "condição babélica da língua" (LARROSA, 2004), uma condição constitutiva que impossibilita pensar em unidade e em termos intercambiáveis em uma língua, ou de formulações de uma língua para outra. Segundo Larrosa, toda língua carrega "as marcas babélicas da pluralidade, da contaminação, da instabilidade e da confusão" (2004, p.69). O autor também afirma que a metáfora de Babel é oportuna para pensar três aspectos relativos à linguagem: o primeiro é que não existe algo singular, a que chamamos língua, existe uma gama de sentidos, existe irrupção da multiplicidade na língua, o que torna múltipla toda língua; o segundo diz respeito ao fato de não contarmos com a possibilidade de interlocução ou de tradução não problemática; o terceiro concerne ao fato de que o uso de uma língua "dá-se em estado de confusão, em estado de dispersão" (LARROSA, 2004, p. 72).

Falar a mesma língua não é, portanto, garantia de entendimento. Parece-nos oportuna a ideia com a qual ironicamente Eduarda inicia a narrativa em destaque, de que traduzir/interpretar envolve "tantas emoções" (ironia marcada pela entonação na voz da entrevistada). A emoção de traduzir/interpretar pode ser relativa, por exemplo, à impossibilidade da tradução, aspecto que "não tem somente a ver com o que acontece na mediação entre as línguas, mas se amplia a qualquer processo de transmissão ou de transporte de sentido" (LARROSA, 2004, p. 63). Na narrativa de Eduarda, a instabilidade gerada no ato de traduzir/interpretar sem conhecer previamente o roteiro, o tema, o tópico, o autor, a filosofia, a teoria em foco numa aula torna tenso, instável, cheio de emoção o ato tradutório. O processo de tradução/interpretação não envolve apenas o domínio técnico, pois, além das duas línguas e das culturas envolvidas, o profissional precisa conhecer o contexto no qual se situam os enunciados. Essa tarefa se torna ainda mais desafiadora quando o tradutor/intérprete está entregue à própria sorte, não recebe apoio, não dispõe de conhecimentos prévios e, ainda assim, precisa "dar um jeito" de traduzir/interpretar o que quer que seja dito, como se a cada palavra correspondesse um sinal preciso, como se esse fosse um ato de simples transmissão.

De acordo com Sobral (2008), o sentido de fidelidade em uma tradução/interpretação vem sendo discutido e disputado no campo profissional e acadêmico. Para alguns teóricos, parece central defender a "pureza" do enunciado ou do texto original e, então, os profissionais seriam responsabilizados pela construção de sentidos precisos entre uma e outra língua/cultura. Contudo, para outros autores, não seria possível traduzir um texto e/ou mensagem sem



alguma dose de criação, considerando-se as diferenças linguísticas e culturais e as necessárias adequações relativas às modalidades das línguas. Podemos pensar, ainda que um trabalho de tradução e interpretação se realiza por um sujeito dotado de um corpo que não é neutro, e sim forjado em experiências vividas, dobrado a discursos, pleno de significados. Na entrevista que realizamos com uma das tradutoras/intérpretes, ela afirma:

A fidelidade às coisas que estão sendo ditas, eu acho que tem ressalvas, e não é só com a Libras, mas com qualquer língua. Libras tem uma estrutura própria e tu não consegue passar cem por cento do significado de tudo que foi dito em uma língua para a outra. Às vezes tu precisa pegar o essencial... tu precisa pegar o que o outro quis dizer... depende também da nossa interpretação, entende? (Fragmento de entrevista com Débora, em maio de 2016).

O sentido de fidelidade é tensionado, no recorte anterior, com a afirmação de que traduzir e interpretar requerem que se façam escolhas – concernentes ao léxico, aos modos de condensar a mensagem, de encadeá-la às outras, ao público ao qual se destina a tradução/ interpretação, por exemplo. Sob a perspectiva de Sobral (2008), não há neutralidade no trabalho de um tradutor/intérprete, uma vez que, ao traduzir um texto e/ou um discurso, o profissional promove alterações, criando nesse processo novas relações enunciativas para tornar inteligível a mensagem. O autor coloca em paralelo o processo de tradução/interpretação e o de coautoria, argumentando que a mensagem original (a do autor da enunciação) passa de uma língua a outra de forma recriada (pelo tradutor/coautor). Ainda sobre a pretensão de neutralidade, Silva (2013) afirma que uma tradução literal, sem nenhuma adaptação linguística (e mesmo estilística), seria um empreendimento impossível. Desse modo, a busca por recobrir o corpo do tradutor/intérprete com a “manta da neutralidade” negligencia o que é constitutivo em qualquer processo de mediação linguística.

A constituição de um corpo-suporte de comunicação se dá também por meio de um conjunto de prescrições sobre como o tradutor/intérprete deve apresentar-se, vestir-se, posicionar-se em um ato tradutório. Para lidar com a materialidade destes enunciados, destacamos um fragmento do *Código de Ética dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais no Brasil*: trata-se do artigo 5, no qual se lê que “o intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da sua função”. As prescrições sobre a aparência do corpo constantes deste documento parecem incongruentes com o tempo presente, mas elas marcaram processos educativos e de profissionalização da maioria daqueles que atuam nesta profissão. São prescrições voltadas para a moralização dos sujeitos, determinando o campo possível de ação. Assim como se processou historicamente uma moralização do corpo da professora, forjando-o como “corpo assexuado” recoberto por uniformes e objetificado na “vasta empresa de moralização” (RAGO, 1997), o corpo da intérprete, em particular, é alinhado para não ferir a “dignidade da profissão” – deve se apresentar sem adereços, contido, discreto, sem chamar atenção “indevida” sobre si mesmo, dignamente enquadrado. Tem-se, assim, o corpo como espaço de inscrição de certas marcas contingentes, cambiantes, mas também firmemente sustentadas em prescrições de um certo tempo (e, neste contexto, finamente alinhadas com construções de gênero).



O corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto, algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz. (GOELLNER, 2013, p. 30).

A pretensão de neutralidade e transparência desse corpo tomado como suporte do ato tradutório se instaura através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto de instâncias sociais e culturais e vai sendo também continuamente tensionada nas experiências profissionais. Gestos, movimentos, posicionamentos dos corpos na intermediação linguística são aprendidos e, assim, ao longo da formação e da atuação, os profissionais vão aprendendo a conter-se, a reconhecer seu lugar e o de seus corpos. Sendo constituídos para o exercício de um tipo de diplomacia, esses corpos tendem a investir em espaços de diálogo possíveis – entre o que anseiam e o que deles se espera, entre o que vislumbram como sendo seus espaços de expressão e o que se configura como seus limites, aspecto que discutimos na seção seguinte.

## O empenho de um corpo-suporte diplomático

O corpo, conforme argumentamos, não é suporte neutro e imparcial da comunicação, é superfície implicada na produção dos sentidos e das mensagens que comunica. Esse corpo, no ato tradutório, empenha-se (mente, mão, gestualidade, expressão, sentimentos, experiências) construindo significados a partir desta combinação particular de forças e também de um roteiro previamente definido (em prescrições, regamentos, pactos de diplomacia).

Sustentamos que a mensagem é “incorporada” e, neste processo, o tradutor/intérprete assume o lugar de fala do outro (o professor, o palestrante, o estudante) e a expressa em primeira pessoa. Em todas as entrevistas que realizamos, uma tensão implicada na tradução/interpretação foi sendo referida, constituindo-se essa prática como espaço/tempo de instabilidade, de imprevistos; espaço híbrido, que se constrói na conexão entre línguas e culturas; momento que implica extrema concentração, que expõe e coloca o tradutor/intérprete no foco de visibilidade ou, ainda, que requer uma sensibilidade para trabalhar com o inusitado. Em outras palavras, podemos dizer que o ato tradutório convoca o profissional a um empenho de muitas forças, de suas habilidades e de suas emoções, além das competências específicas requeridas.

Em sua entrevista, Clarisse narra um acontecimento inusitado: ela estava sinalizando uma atividade (em espaço escolar) e foi surpreendida com a inserção de uma música no meio do ato tradutório. Os participantes surdos estavam posicionados em círculo e, quando a música iniciou, ela teve que improvisar – “entrou na roda” e tentou expressar com movimentos de braços, mãos e com expressões faciais os sentimentos mobilizados pela música. Ela explicou que traduzir/interpretar esse tipo de produção implicou a inserção de sinais simultâneos –

indicativos do ritmo e da letra, ou de elementos “não ditos”, tais como entonações de vozes, trocas de turnos entre os vocalistas –, o que tornou complexo o ato tradutório (sentidos que ela comporta no termo “engraçado”). Destacamos, a seguir, parte da narrativa da entrevistada:

Eu traduzi uma vez uma música e eu achei engraçado... eu estava traduzindo “Hey, Ho, Hip Hop”. Achei engraçado, até porque, nessa hora, tu tens que te virar, fazer as configurações de mão<sup>3</sup> e traduzir a música... [...] Eu conheço intérpretes que utilizam o corpo todo, mas eu uso a frente do corpo e utilizo muito as mãos e a expressão facial, **então tu tens que traduzir em pé**, em roda, num um momento mais informal. (Fragmento de entrevista com Clarisse, em abril de 2016).

A situação narrada pela profissional exigiu não apenas domínio de sinais e destreza no uso da língua, como também, em seus termos, uma capacidade de “se virar”, mover-se, empenhando todo o seu corpo numa gestualidade não usual. Coloca-se para a ela a necessidade de tradução de diferentes elementos que constituem o sentido e, no caso da música, que se estabelecem em sonoridades, ritmos, pausas e não somente por palavras que devem ser versadas para outra língua. Há um corpo empenhado – com diferentes sentidos, sensações, sentimentos – na tentativa de traduzir, ato que é, ao mesmo tempo, de criação de sentidos e de conexões possíveis em dado contexto.

Sobre a atuação do tradutor/intérprete de Libras, especialmente em traduções simultâneas, Silva (2014) destaca o uso amplo de recursos corporais e afirma que o corpo constitui um universo de possibilidades, de emoções, de sentimentos de que se valem os tradutores/intérpretes para tornar comunicável o enunciado. Assim, traduzir e interpretar adquirem sentido no conjunto de significações vividas, envolvem sucessivas leituras e releituras do vivido. A fala de Clarisse, no recorte exposto, confronta a noção de corpo-suporte neutro, que discutimos na seção anterior, despido de sensações, submetido a códigos, tomado, muitas vezes, como lócus de aplicação de um saber técnico. Ela nos acena com um empenho do corpo para tornar inteligíveis sentimentos, metáforas, sonoridades, abstrações que se constroem em um contexto linguístico e cultural e devem chegar ao outro por meio da tradução/interpretação. No acontecimento descrito, a intérprete improvisa, escapa ao *script*, se “engaja”, por assim dizer, insere-se na roda, adere à proposição, e realiza, com os surdos, a atividade proposta. Nessa direção, Sobral (2008) e Magalhães (2007) defendem que uma tradução/interpretação não se realiza unicamente com conhecimento e vasto vocabulário de sinais, mas também com certa abertura para deixar-se tocar, atravessar, implicar e, ainda, com a ação de improvisar e adaptar, a partir da qual o profissional “desconstrói o modo de ser do original e o reconstrói noutra língua, e, assim, cria outra obra, que, se parte do original, nem por isso é menos original na língua em que veio a existir pelas mãos do tradutor” (SOBRAL, 2008, p. 103).

Chamaram a nossa atenção algumas narrativas das profissionais entrevistadas sobre acontecimentos que qualificaram como constrangedores. Vale mencionar que a forma de comunicar (ou silenciar) o que constrange é também indicativa de certo empenho do corpo e de seus afetos no exercício da profissão. Destacamos um conjunto de narrativas, iniciando pela de Débora, que dá pistas de estratégias utilizadas para enfrentar a situação, reforçando o sentido de diplomacia que constitui a profissão.





No meu primeiro trabalho como freelancer<sup>4</sup> a palestra era sobre saúde do homem, só que o palestrante começou a incentivar a masturbação dos homens, falando “Ah, vocês têm que se conhecerem” e tal...vocês têm que usar a camisinha”. E, no meio da palestra, começaram a distribuir Viagra e camisinha. [...] A forma como as coisas foram ditas, assim, “vocês precisam se masturbar”, isso foi tão constrangedor...mas eu interpretei. Eu consigo me descolar totalmente e, eu falo como se não fosse eu mesma, bem teatral, tipo, estou fazendo uma coisa, mas não sou eu que estou dizendo, é ele que está falando, não sou eu, é ele. Nisso, um dos surdos ficou tão constrangido que levantou e saiu. (Fragmento de entrevista com Débora, em maio de 2016).

Os fragmentos da narrativa permitem pensar como a entrevistada se posiciona – inicialmente, como alguém que se surpreende com algo que escuta e, ainda assim, precisa interpretar usando seu corpo; posteriormente, como profissional que se desloca e se coloca em “seu lugar” e não no do palestrante: “não sou eu que estou dizendo, é ele que está falando”. No fragmento a seguir, outra profissional narra constrangimentos no ato de traduzir e interpretar:

Quando eu comecei a trabalhar, sempre que eram disciplinas ou palestras voltadas para doenças sexualmente transmissíveis – que têm um vocabulário específico, e nem tudo tem sinal e eu ficava bem constrangida para traduzir. No curso de Magistério, tinha direto estas palestras sobre doença sexualmente transmissível. *Às vezes, a gente ia para o auditório e era aquela palestra com slides, mostrando as fotos das doenças. Eu me lembro de ficar vermelha e ficar incomodada de traduzir, até porque tu via que não gerava tanta curiosidade da parte dos surdos, mas dos ouvintes que estavam na plateia, quando alguém falava alguma coisa eles já olhavam direto para o intérprete para ver como é que tu ia fazer o sinal.* (Fragmento de entrevista com Camila, em maio de 2016).

O desconforto está, segundo a profissional, inscrito no corpo – “Eu me lembro de ficar vermelha e ficar incomodada de traduzir” –, aspecto que também informa sobre uma constituição moral do sujeito (mulher e jovem) que se constrange ao traduzir/interpretar temas relacionados à sexualidade, em especial, sob o olhar de outros – curiosos, capazes de julgar. Reafirmamos que o corpo do tradutor/intérprete constrói sentidos, e é também corpo fabricado nos processos em que está inserido. Junto com Le Breton (2006, p. 24), afirmamos que:

Qualquer questionamento sobre o corpo requer antes a construção de seu objeto, a elucidação daquilo que subentende. O próprio corpo não estaria envolvido no véu das representações? O corpo não é uma natureza. Ele nem sequer existe. Nunca se viu um corpo: o que se vê são homens e mulheres.

Talvez se possa pensar que, apesar de supostamente preparadas para encarar qualquer situação por dispor de técnica e de repertório linguístico, as profissionais foram surpreendidas pela necessidade de expressar algo que, publicamente, pareceu-lhes inadequado. A afirmação, na primeira narrativa, de que um homem surdo se sentiu constrangido e se retirou da palestra pode ser pensada como forma de estabelecer a inadequação da mensagem – mais ainda por ser transmitida por uma mulher. Na segunda narrativa, a escolha de sinais a serem empregados diante do olhar dos outros funciona para marcar um ato não trivial de julgamento de si e de pressuposição de julgamento pelos outros, próprio da constituição moral.

Esses corpos profissionais, competentes para o ato tradutório, não são neutros e, nos episódios narrados, estão confrontados com sentidos de corpo público, de corpo feminino, de corpo que deveria ser contido e discreto. O corpo investido de um lugar profissional, constituído pelos processos culturais e por variadas circunstâncias e experiências vividas, encontra espaço



de diplomacia entre o dever de dizer e a possibilidade de atribuir claramente o dito e o gesto a outro sujeito (o palestrante).

A terceira narrativa que destacamos também é da entrevistada Camila. Ela relata um acontecimento do contexto escolar, envolvendo a secretária da escola e uma professora surda, quando esta se sente contrariada e deseja fazer uma reclamação.

A professora surda chegou em um tom elevado... Eu, como intérprete, traduzi o que ela estava falando com a entonação de voz condizente com a expressão facial e corporal dela. Depois, eu voltei na sala da secretaria, mas aí cheguei como Camila e não como intérprete, e a funcionária estava super fechada comigo. Eu senti que alguma coisa estava errada, e tive que dar toda aquela explicação, dizer que não era eu que estava falando coisas duras e em tom alterado. (Fragmento de entrevista com Camila, em maio de 2016).

A profissional relata ter empregado recursos expressivos da língua portuguesa oral para comunicar “com precisão” os sentidos (e sentimentos) expressos em Libras pela professora surda. Entretanto, a funcionária que ouve a voz da tradutora, imposta em tom mais alto, não distingue aquela que fala daquela que efetivamente interpõe a reclamação. Essa narrativa remete ao que alguns autores chamam de “invisibilidade” do profissional no ato tradutório. Para Benedetti (2003), a invisibilidade de um tradutor está relacionada a sua fluência e quanto mais fluente é a mensagem traduzida, mais “invisível” ele se torna. A autora afirma que a tradução deveria carregar as características do tradutor sem que o leitor as perceba, como se o mesmo “desaparecesse” na fluência do texto, como se ocorresse, para o receptor, certa fusão entre o corpo do tradutor/intérprete e o do sujeito surdo que se expressa. Essa (com)fusão é argumento que serve para classificar e definir quem desempenha (ou não) eficientemente o seu trabalho.

Outra circunstância que possibilita pensar em como o corpo profissional está plenamente empenhado é narrada pela entrevistada Eduarda:

Teve uma situação com uma aluna surda em que uma professora começou a repreendê-la fortemente, dizendo: Ah, só podia ser surda, surdo não sabe nada mesmo, vocês não são preparados ou é mesmo falta de vontade. E nesse momento... eu traduzi isso. Se eu tivesse me dado conta, eu teria tido outra reação, eu não teria... acho que eu teria xingado a professora. E ela ainda falava: “E tu, intérprete, traduza bem direitinho para ela!”. Como se precisasse, porque, só pela cara da professora, já dava para ver. Então, a aluna ficou totalmente descontrolada, e eu sentia que a minha cara mudava de cores, eu fiquei branca, vermelha e roxa, porque era desesperadora a situação, foi uma das piores situações da minha vida! Então eu virei exatamente um objeto tradutório ali. Quando acabou aquela fala: “tu é burra, tu é incapaz!”, a aluna pediu para ir ao banheiro, com os olhos cheios de lágrimas. Para piorar a situação a professora disse: “não, tu fiques aí! Tu não vai para banheiro chorar”. Aí, é óbvio que a menina começou a chorar e aí quem ficou com vontade de chorar fui eu, porque eu já tinha saído do off-line, e eu peguei na mão dela e disse “vamos sair” e eu levantei e saí chorando com a aluna. (Fragmento de entrevista com Eduarda, em abril de 2016).

Nas duas circunstâncias narradas, as profissionais realizam a interpretação da mensagem para a outra língua, empregando os recursos que têm disponíveis e assumindo esse lugar de corpo-suporte no qual ocorreria fluxos de mensagens. Argumentamos que, em seu fazer diplomático, as profissionais – Camila e Eduarda – optam por imprimir certa gravidade ao que é dito pela professora surda e pela docente da classe, ainda que as consequências dessa escolha recaiam também sobre elas (seja na forma de censura feita por outros, seja na forma



de sofrimento e culpa marcada por uma dobra moral). Nos dois casos, a opção por realizar uma tradução “fidedigna” se sobrepôs a certo trato diplomático da profissão – nada foi abrandado, como poderia, para manter aberto o diálogo. A dureza do enunciado foi traduzida em gestos ou em tom de voz e tais escolhas têm efeitos que se estendem para além do momento de traduzir e interpretar.

Há outros acontecimentos narrados nesta pesquisa em que as profissionais optam por abrandar o teor da mensagem, de modo a proteger o sujeito surdo, mas essa também é uma escolha que tem consequências importantes, na medida em que pode acionar certo sentido de incapacidade ou incompletude surda e de suposta necessidade de proteção. De um modo ou de outro, trata-se de um espaço de atuação que requer empenho de um sujeito – dotado de um corpo – que aprende como e onde se expressar, e que realiza escolhas.

## A visibilidade de um corpo-suporte exposto

Iniciamos essa seção com argumentos de Magalhães (2007) sobre a interpretação simultânea. Para o autor, quando a tradução/interpretação para outra língua ocorre simultaneamente, há forte apelo performativo. Esta *performance* é marcada pelos variados contextos de atuação, uma vez que o profissional precisa “ler” a situação em que está inserido, precisa conjugar, em sua interpretação, elementos não verbais, tais como as ênfases dadas a partir de impostação de voz, ritmo, intensidade ou as marcas de ironia, as gírias, as paráfrases incorporadas ao discurso do locutor, entre outros aspectos. Do mesmo modo, traduzir/interpretar pronunciamentos feitos em língua de sinais requer a inserção da narrativa – feita na estrutura da língua de sinais – num texto coerente em outra língua, de modo a permitir que os ouvintes acompanhem a argumentação.

O performativo também está implicado, a nosso ver, com o desempenho do intérprete num espaço visível e, assim, consideramos nessa análise alguns aspectos relativos à *performance* do corpo exposto. Conforme já argumentamos, o corpo do tradutor/intérprete é investido discursivamente e tomado como “ferramenta de trabalho”, como suporte para a língua, e este corpo, que se deseja neutro, vestido com cores sóbrias, sem ornamentos, discreto, está exposto e visível. Este é um corpo em movimento que se expõe (em frente a uma turma de alunos, onde em geral este profissional se posiciona em contextos escolares, ou, também, sobre um palco). Mas, mesmo estando exposto, supostamente não deveria “roubar a cena”, nem chamar atenção sobre si.

Dados gerados nesta pesquisa nos permitiram pensar sobre essa visibilidade investida sobre o corpo em duas direções: a primeira está relacionada à curiosidade despertada durante sua atuação, o que faz com que as pessoas dirijam seu olhar para a forma como esse profissional traduz determinados termos. Já a segunda forma de visibilidade liga-se ao sentido de “avaliação” do trabalho realizado, uma avaliação que surge pela condição visível do intérprete durante sua atuação, uma profissão que constrói sua prática na presença de



várias pessoas, e que, de certa forma, se expõe ao “olhar do outro”, aspecto que se liga a um entendimento de *performance* de base empresarial.

Em relação à primeira direção indicada, consideramos o corpo do tradutor/intérprete posicionado no espaço visível. Nesse sentido, Magalhães (2007) e Rosa (2008) afirmam que a visibilidade é uma característica da interpretação simultânea, o profissional está no campo de visibilidade de surdos e ouvintes, o tipo de mediação que ele realiza pressupõe que seja observado enquanto atua. Em algumas circunstâncias, ele é também posicionado no plano do exótico, como traço visível da diferença-surda, presente em certo espaço. Relembramos o acontecimento narrado anteriormente, em que a entrevistada Camila se vê diante de uma plateia, interpretando um explanação médica sobre doenças sexualmente transmissíveis e percebe que os ouvintes presentes no evento voltam um olhar curioso para ela cada vez que o palestrante emprega um termo moralmente interdito.

Esse corpo discretamente vestido e sem ornamentos, posicionado à frente, mas sem “roubar a cena”, vai sendo ensinado sobre como ser (in)visível. Em diferentes materiais, manuais, códigos, em múltiplas instâncias formativas ele vai aprendendo sobre a construção de um campo visual “limpo” para uma precisa transmissão da mensagem. E “limpo”, nesse contexto, tem sentido ambivalente, ao mesmo tempo corporal e moral. Contudo, o corpo que se expõe (mas não se exhibe) não é neutro, opaco, incorpóreo. Esse corpo expressa mais do que os enunciados que traduz, ele possui marcas de gênero, geração, etnia e se apresenta com suas formas, traços, densidades, marcas particulares, cheiros, ele atua experimentando sensações, medos, ansiedades, aos poucos vai se conformando/sendo conformado a um conjunto de práticas preparatórias para sentir-se seguro, e, muitas vezes, é surpreendido pelas contingências da tradução simultânea. Esse corpo atrai olhares e desperta curiosidade daqueles que muitas vezes desconhecem a língua de sinais. Sendo visível e estando à mostra, deve aprender a não se intimidar, a não desejar o conforto do anonimato, ainda que seja esse o seu lugar – na maioria dos casos, o tradutor/intérprete é um anônimo, um corpo sem nome e sem história, enquadrado na função tradutória (que não julga, não emite opiniões, não fala por si, não se posiciona, “apenas” funciona como corpo-suporte). Como argumenta Silva (2014, p. 131), “o corpo necessita do outro para lhe atribuir sentido e lhe dar forma”.

Ainda sobre a visibilidade do corpo, mas enfocando agora certo sentido de *performance*, trazemos a seguir um recorte da entrevista realizada com Débora:

Disseram que tinha um evento e que eu tinha que trabalhar porque era funcionária da universidade... Aí eu entrei e era minha vez de trocar com a colega que estava interpretando, então eu comecei a subir as escadas do palco, e eu me coloquei atrás da colega para trocar e ela saiu da minha frente. Quando eu estava lá em cima o coração começou a bater acelerado e havia na plateia várias pessoas da área que sabem o que eu estou sinalizando e que, de certa forma, vão avaliar... Querendo ou não, é uma prática existente, e, ainda, era a primeira vez que eu interpretava em uma palestra...Eu fiquei bem desconfortável, porque eu sabia a qualidade das pessoas que estavam ali assistindo. (Fragmento de entrevista com Débora, em maio de 2016).

A condição desconfortável, mencionada por Débora, diz respeito à visibilidade e à exposição, a qual parece implicada com algum tipo de avaliação sobre a qualidade da tradução/





interpretação feita por ela num evento que contava com presença de outros sujeitos que conheciam Libras. Destacamos que, na instabilidade da interpretação simultânea, em especial quando se trata de uma conferência que reúne um número expressivo de pessoas e, inclusive, especialistas, é difícil não experimentar certa dose de tensão e de insegurança.

Segundo Ehrenberg (2010), a fórmula que é hoje apresentada ao indivíduo para lidar com as incertezas, ânsias e dificuldades acarretadas em situações como a descrita pela entrevistada seria uma espécie de “culto à *performance*”. O autor afirma que a *performance*, sob uma lógica concorrencial, implica certa glorificação do alto desempenho e de sua progressiva consolidação como vetor de aferição de um lugar social. Esse sentido de *performance* – alinhado ao de desempenho – posiciona os sujeitos na lógica da competitividade e da conquista. A meta seria, neste caso, a de tornar qualquer indivíduo mais preparado para os confrontos emocionais e psicológicos e, no meio desse intuito de realização pessoal e profissional, multiplicam-se, na atualidade, os apelos à autoconfiança, ao autocontrole, à autoestima, aspectos que denotam um exercício do sujeito sobre si com vistas a promover seu próprio alinhamento.

A partir das narrativas das entrevistadas, podemos afirmar que o olhar dos outros pode deflagrar certo desconforto. Conforme argumenta Silva (2014), o olhar do outro nem sempre constrange, nem sempre inibe, mas também tem o potencial de incentivar, vibrar, acolher. O uso da língua, acompanhada da troca de olhares com os sujeitos surdos, estabelece, conforme a autora, uma cumplicidade visual e uma possibilidade de conexão que se alinha ao que pensamos ser esse corpo diplomático do tradutor/intérprete.

## Palavras finais

O corpo não é pensado, neste texto, como organismo biológico, com sua inegável materialidade orgânica, e sim como efeito de uma ação política de fabricação discursiva. Este corpo ocupa um lugar, age e funciona conforme regras, e também reage, recusa esses lugares. Estivemos ocupadas em pensar em formas pelas quais o poder age, gerindo corpos e impelindo-os à ação e, ainda, nos perguntamos como isso pode se expressar em narrativas sobre a profissão e em documentos validados para modelar e moralizar espaços de atuação e de intervenção possíveis.

A figura conceitual que mobilizamos – a de um corpo diplomático, moldado para a intermediação linguística e cultural e pensado como lugar de passagem de enunciados – mostrou-se fecunda e possibilitou entender alguns processos por meio dos quais os corpos vão sendo constituídos, posicionados e instados à ação. Essa figura conceitual se forjou na leitura de narrativas de tradutoras/intérpretes de Libras que participaram da pesquisa. A figura conceitual também possibilitou pensar na condição fronteira de um diplomata: ele não seria “nativo” daquele país ou cultura em que atua profissionalmente. Assim, o tradutor/intérprete diplomata “pisa em um solo” que não seria o seu, e nele precisa construir um espaço de interlocução inteligível. A análise possibilitou pensar que este solo – entre culturas e línguas



distintas – é um largo e extenso território de ambiguidades e de incertezas. Neste solo incerto, ambivalente, instável, forja-se um corpo diplomático atravessado pelas circunstâncias, pelos discursos da profissão, bem como pelas marcas constitutivas de gênero, sexualidade, geração, pertença étnico-racial, entre outras. Compreendemos que narrar é um dos processos implicados na produção dos sentidos daquilo que somos e, a partir desse entendimento, analisamos as narrativas das profissionais entrevistadas nesta pesquisa, buscando pensá-las como fios que se entrelaçam e, assim, reiteram ou contestam os sentidos da profissão. **Há um contexto institucionalizado** a partir do qual se definem quais corpos são adequados, mas o fazer cotidiano irrompe outras possibilidades. Esse corpo diplomático age num campo de visibilidade (atrai olhares, está exposto, é avaliado, recebe aprovação ou é rechaçado) e, ao performar, também produz formas particulares de atuação e de criação, na instabilidade e na imprevisibilidade dos acontecimentos.

## Referências

BENEDETTI, Ivone Castilho; SOBRAL, Adail (Orgs.). **Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm). Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais – LIBRAS. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm). Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 18 fev. 2020.

EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

GALLO, Sílvio. **A filosofia francesa contemporânea**: um mapa em rascunho. *In: Deleuze & a Educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. *In: LOURO, Guacira Lopes et al. (Org.). Corpo, Gênero e Sexualidade*: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis – RS: Vozes, 2013. p.30-42.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº 2, jul./dez.1997.





HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio, 2016.

LACERDA, Cristina de Boglia Feitosa de. Tradutores e Intérpretes de língua brasileira de sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [36]: 133 - 153, maio/agosto 2010. ISSN: 2178-079X. DOI: <http://dx.doi.org/10.15210/caduc.v0i36>.

LAGUNA, Maria Cristina Viana. **Moralidade, Idoneidade e Convivência**: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de língua de sinais da atualidade. 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**; tradução de Sonia M.S. Fuhrmann. Petrópolis – RJ: Vozes, 2006.

MAGALHÃES, Ewandro. **Sua majestade o intérprete**: O fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

PAGURA, Reynaldo José. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA** [online]. 2003, vol.19, n.spe, pp. 209-236. ISSN 1678-460X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v19nspe/13.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. O 'Bi' em bilinguismo na educação de surdos. *In*: LODI, Ana C. B.; MÉLO, Ana D. B. de; FERNANDES, Eulalia (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2012.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas/SP: Editora Arara azul, 2008.

SANTOS, Silva Aguiar. **Intérpretes de Língua de Sinais**: Um Estudo sobre as Identidades. 2006. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90455?locale-attribute=en>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SILVA, Ciriane Jane Casagrande da. A corporeidade da intérprete de libras na percepção dos sentidos produzida por interlocutores surdos. **Revista Científica Ciência em Curso** – Palhoça, SC, v. 3, n. 2, p. 125-132, jul./dez. 2014. ISSN 2317-0077.

SOBRAL, Adail. **Dizer o "mesmo" a outros**: Ensaio sobre tradução. São Paulo: SBS, 2008.



TUXI, Patrícia. **A Atuação do Intérprete Educacional no Ensino Fundamental**. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4397>. Acesso em: 11 mar. 2020.

## Notas

- 1 A pesquisa contou com financiamento da CAPES/PROSUP e do CNPq.
- 2 A versão do Código referida no presente artigo é publicada em QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor é intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.
- 3 Neste caso ela se refere às configurações de mão utilizadas para o sinal de hip hop, bem como aquelas que indicam a entrada de instrumentos musicais, como a bateria, um solo de guitarra, sequências em teclado, flauta, etc.
- 4 Freelancer é um termo inglês (popularizado no Brasil como Freela, ou frila) que denomina o profissional autônomo que se volta para diferentes empresas ou, ainda, guia seus trabalhos por projetos, captando e atendendo clientes sem vínculo com empregadores.